



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de fevereiro de 2016

No dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º. Ponto - Conselho Municipal de Segurança

- a) Aprovação da constituição do Conselho Municipal de Segurança;
- b) Deliberação do início do procedimento de revisão/alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o preceituado no n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 25 de Agosto, na sua atual redação e no art.º 53º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 1 do art.º 98º do CPA;
- c) Deliberação da publicitação do início do procedimento no sítio institucional do Município na internet, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto, e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, nos termos do preceituado no n.º 1 do art.º 98º do CPA;
- d) Deliberação da delegação da direção do procedimento na Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, nos termos conjugados do preceituado nos n.ºs 2 e 4 do art.º 55º do CPA e alínea j) do n.º 1 do art.º 30º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação.

2º. Ponto – Proposta de Regulamento para o Conselho Municipal da Juventude de Montemor-o-Novo

3º. Ponto - Declaração de recebimentos em atraso com referência a 31 de Dezembro de 2015 (Documento para conhecimento)

4º. Ponto - Declaração de pagamentos em atraso com referência a 31 de Dezembro de 2015

5º. Ponto – Declaração – Compromissos Plurianuais – 31 de dezembro de 2015

6º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal a termo certo – 18 Assistentes Operacionais – Piscina Recreativa Municipal – Auxiliar

7º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal a termo certo – 7 Assistentes Operacionais – Piscina Recreativa Municipal – Nadador Salvador

8º. Ponto - Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural – Pintura no edifício do Jardim de Infância

9º. Ponto - Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Construção de muro e vedação no Centro Escolar de S. Mateus

10º. Ponto - Proposta de Protocolo – Fornecimento de refeições escolares com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Ano letivo de 2015/2016

11º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal referindo-se à ausência da segunda secretária, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, por motivos de doença, tendo chamado para assumir essas funções o eleito Sr. António Fitas.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina Silva dos Ramos, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Ausentes desta sessão estiveram Alexandre Júlio Vinagre Pirata, Dário Miguel Tregreira Coelho, João António Abrantes Caldeira e Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, sendo que todos os eleitos justificaram a sua ausência.

Estiveram também presentes na reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Retomou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para propor aos eleitos que fosse retirado o segundo ponto da ordem de trabalhos (Proposta de Regulamento para o Conselho Municipal da Juventude de Montemor-o-Novo), porque se concluíra, em reunião de Câmara, que o processo de preparação do Regulamento não tinha observado todas as disposições previstas no código do procedimento administrativo, pelo que terá de ser reformulado, e nesse sentido não foi enviado à Assembleia Municipal de hoje.

Posteriormente a Sra. Presidente colocou a votação a nova ordem de trabalhos da sessão, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ainda no uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia colocou à discussão a proposta de ata da sessão anterior. Foi referido que, na deliberação do oitavo ponto, a votação deverá ser redigida com referência ao número de eleitos por cada força política. Não havendo outras propostas de alteração, foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.

Informou de seguida que dava início ao período antes da ordem do dia.

Pedi para intervir a eleita Sra. Sandra Matias para apresentar uma Saudação ao dia Internacional da Mulher, a qual se transcreve de seguida:

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres, pela sua emancipação política, económica e social.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e a dos seus familiares.

Em Portugal, o Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres e na valorização da sua participação política.

Está a ser traçado um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres, de direitos conquistados com Abril, profundamente reduzidos na vida dos últimos anos. É um tempo de esperança que importa consolidar.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 26 de fevereiro de 2016:

Saúda, no Dia Internacional da Mulher, todas as Mulheres do concelho;

Saúda as mulheres que, com determinação, coragem e confiança no futuro, persistem na defesa dos seus direitos;

Saúda todas e todos os que, no dia-a-dia continuam a sua ação na construção de uma sociedade mais justa, livre de desigualdades e de discriminações.

Sobre o documento apresentado, pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier referindo-se à importância deste dia, que foi um grande passo para o desenvolvimento da sociedade humana. No entanto não concorda com a afirmação de que foram retirados direitos às mulheres.

Pediu de seguida para intervir a eleita Sra. Sónia Ramos dizendo que votará favoravelmente o documento pelo seu significado, ainda que não se reveja na redação do texto, porque na sua opinião não foi só o Poder Local que contribuiu para melhorar a qualidade de vida das mulheres. Considera que, o que se deve destacar numa saudação às mulheres é a igualdade de oportunidades.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal afirmou que muitos foram os direitos retirados, nos últimos anos, a todos, em geral, e por conseguinte, também às mulheres.

Pediu de novo a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos para dizer que o texto deveria também fazer referência à discriminação sexual, à mutilação, para além de outras realidades que atingem a dignidade humana, em todo o mundo. De seguida propôs a alteração do texto porque considera o documento muito pobre em argumentos e não dignifica as mulheres.

Voltou a usar da palavra o eleito Sr. António Xavier salientando que nos últimos anos não houve nenhum direito que fosse retirado apenas às mulheres, sendo que hoje a mulher conquistou também o direito a fazer um aborto, acrescentando que concorda plenamente com as afirmações da eleita Sónia Ramos.

A Sra. Presidente da Assembleia foi quem interveio de seguida afirmando que o direito a abortar foi um dos que foi dificultado durante algum tempo e que agora voltou a ser recuperado, considerando que o documento não envergonha de modo algum as mulheres.

De seguida colocou à votação o documento, tal como tinha sido apresentado, sendo aprovado por maioria com uma abstenção do eleito pelo CDS/PP.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para apresentar uma moção sobre o orçamento de Estado para dois mil e dezasseis e as autarquias locais, a qual se transcreve de seguida:

Considerando que a proposta de OE para 2016:

Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;

Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a vinte e seis de fevereiro de 2016, delibera:

1º. Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do Poder Local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;

2º. Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;

3º. *Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme o regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.*

O mesmo eleito saudou o Congresso da CGTP, que decorre nestes dias. Manifestou preocupação pela maneira como foram tratadas e desrespeitadas as mulheres, assim como o povo alentejano no livro que Henrique Raposo vai lançar.

Ainda no uso da palavra referiu que esta proposta de Orçamento de Estado não contempla todas as propostas que os eleitos da bancada da CDU gostariam, mas ainda assim manifestam um sentimento de esperança no futuro. Foi esta proposta que permitiu, no âmbito das negociações efetuadas, uma viragem à esquerda, possibilitando que alguns direitos retirados aos trabalhadores fossem devolvidos.

Acrescentou ainda que todas as questões inscritas nesta tomada de posição foram igualmente apresentadas no Conselho Geral da Associação de Municípios e na Associação Nacional de Freguesias, sendo ambos os documentos aprovados por unanimidade.

Sobre a moção apresentada, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho, afirmando que há razões para ter esperança e que as medidas referenciadas constam do programa de governo, informando que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente.

De seguida pediu a palavra o eleito Sr. Augusto Pascoal para saudar também o Congresso da CGTP.

Ainda para falar sobre o documento apresentado, interveio a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que na sua opinião trata-se de uma saudação a algumas medidas do Orçamento de Estado por parte dos eleitos da CDU, sendo que votará contra o documento. Relembrou ainda que o Partido Socialista apenas governa porque fez uma coligação, uma vez que não foi o partido mais votado.

Pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho para dizer que não concorda com as discussões políticas que acontecem por vezes nas sessões da Assembleia Municipal porque apenas fazem perder tempo, quando o que se devia estar a tratar eram os pontos da ordem de trabalhos.

Pediu de novo a palavra o eleito Sr. António Danado afirmando que muitas das medidas apresentadas no Orçamento de Estado se são benéficas para o país, logo também o são para Montemor. O documento não foi elaborado para saudar o governo, considerando que houve uma capacidade de negociação que até agora não tinha acontecido.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou a moção à votação, sendo aprovada por maioria com dois votos contra dos eleitos pelo PSD e pelo CDS/PP.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu para intervir o eleito Sr. Carlos Zorrinho saudando a aprovação na especialidade da proposta de orçamento de Estado para 2016, referindo ainda que este é o orçamento possível no quadro da zona euro, privilegiando as pessoas e as famílias, tendo sido aprovado por toda a esquerda em Portugal. Muitos dos responsáveis portugueses em Bruxelas estavam contra este Orçamento.

Quem interveio seguidamente foi o eleito Sr. António Xavier para apresentar uma proposta de recomendação para reencaminhar à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida:

A proposta que hoje aqui apresentamos nada tem de político mas, sim, da mais elementar justiça. Por essa razão, ficaríamos igualmente satisfeitos se a mesma tivesse saído de qualquer dos espectros aqui representados nesta Assembleia, pois, para além de apolítica, deverá também ser transversal.

José Feliciano Capela do Carmo Reis nasceu em Montemor no dia 22 de Junho de 1945. Ingressou na Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor em 15 de Março de 1963 com o posto de Cadete ao qual foi atribuído o número 22/151. Em 1 de Maio de 1966 passa a Aspirante e a 3 de Dezembro de 1966 prestou provas para Bombeiro de Terceira Classe.

Em 29 de Abril de 1975 é eleito, por votação do Corpo Ativo para desempenhar as funções de Ajudante de Comando, e a 30 de Março de 1976 é novamente eleito para o cargo de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, tornando-se, à altura, no mais jovem Comandante de Bombeiros em Portugal.

Era hábito e estatutariamente estabelecido, que a nomeação do Comandante dependesse da Direção. No entanto, o Comandante José Reis, sempre exigiu que essas nomeações fossem democráticas, logo sufragadas pelos seus pares.

Falamos de um montemorense que durante 30 anos, dos quais 18 como Comandante, entregou de forma voluntaria o seu trabalho em prol da sua Terra e do lema "Vida por Vida", de tal forma que, confrontado com a escassez de meios disponíveis à altura colocava a sua viatura particular, um Renault 16, à disposição dos montemorenses para que desta forma pudessem deslocar-se a Évora ou a Lisboa e assim conseguirem os tratamentos ou consultas necessários.

Enquanto Bombeiro, o Comandante José Reis, como atrás referido, iniciou a sua carreira pelo patamar mais baixo da hierarquia, tendo conquistado a confiança do Corpo Activo montemorense, e granjeado respeito nas Associações congéneres por todo o País, ao ponto de, ainda hoje, e embora já não exerça funções, o seu nome seja referido com deferência e apontado como exemplo a seguir.

Não podemos deixar de referir que a época do Comandante José Reis marca também o início do fim de uma era: - a dos Comandantes enquanto Voluntários, não só em Montemor como em Portugal, uma vez que a tendência vai no sentido da profissionalização. Por essa razão esta proposta deve também ser considerada e analisada tendo em conta que nos referimos a alguém que desempenhou as suas funções em regime exclusivamente voluntário, nunca recebendo nada pelos seus serviços.

Durante a sua carreira, ao Comandante José Reis, recebeu todas as condecorações atribuídas à altura pela Liga dos Bombeiros Portugueses. Cobre (graus 1 e 2 estrelas), Prata (graus 1 e 2 estrelas) e Ouro (graus 1 e 2 estrelas), tendo-lhe sido atribuída em 1988 a Medalha de Ouro – Serviços Distintos, também da Liga dos Bombeiros Portugueses, por e citamos "relevantes serviços prestados à comunidade".

Em 2009 o Comandante José Reis recebeu das mãos do então Ministro da Administração Interna, Professor Rui Pereira, a mais alta condecoração (à altura) atribuída a um Soldado da Paz, o Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses pela, e citamos novamente, "prática de atos e serviços relevantes à causa dos Bombeiros Voluntários".

O Comandante José Reis recebeu inúmeros Louvores e Menções, bem como Condecorações, atribuídos não só pelos Bombeiros de Montemor, como também por Associações congéneres, dos quais aqui destacamos alguns:

1968: Louvor concedido pelo Comandante Fragoso pela sua atuação no incêndio na Herdade do Reguenguete e pelo, citamos, "espírito de sacrifício e exemplo dado a todos os que o presenciaram";

1978: diploma de Sócio de Mérito da Liga dos Bombeiros Portugueses;

1979: louvor atribuído pelo Inspetor de Incêndios pelo, citamos, "exemplar desempenho nas funções de Comando da Corporação de Montemor-o-Novo";

1981: Medalha de Ouro da Associação dos Bombeiros Voluntários de Barcarena;

1981: Medalha de Ouro – Associação do Corpo Voluntário de Salvação Pública de S^o Pedro de Sintra;

1988: Menção – Governo Civil do Distrito de Évora pelo "dedicado comando dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo";

1991: Medalha de Mérito da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo;

1992: Louvor pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos pelos, citamos, "valores humanos e de solidariedade praticados pelos Soldados da Paz" e pelo facto da sua "experiente

109 anos

operacionalidade se mostrar espontânea, clara, objetiva, de grande abertura e elevado sentido de responsabilidade”;

É Comandante do Quadro de Honra dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo;

É Comandante do Quadro de Honra dos Bombeiros Voluntários do Montijo.

Ao longo da sua vida de Bombeiro, o Comandante José Reis, desempenhou vários cargos, sempre enquanto voluntário, de expressão regional e nacional. Foram eles:

Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Évora;

Conselheiro Regional de Bombeiros pelo Distrito de Évora;

Comandante Operacional dos Bombeiros da Região de Évora (o que o levava a comandar todos os fogos e ocorrências que envolvessem meios de mais que uma associação).

Foi também sob o comando do Comandante José Reis que pela primeira vez se quebrou a hegemonia das Associações a Norte do País, e saiu de Montemor-o-Novo uma equipa de Bombeiros para representar Portugal num Concurso Mundial, neste caso o Concurso Mundial de Manobras que teve lugar em Varsóvia/Polónia, equipa essa que foi acompanhada pelo então Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Dr. Fernando Cruz;

E porque nada melhor do que ouvir na primeira pessoa:

“Conheci o Zé Reis, na sua qualidade de Comandante dos Bombeiros Voluntários, no início do exercício das minhas funções de Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em 1980, aos meus 25 anos.

Em 2016, 36 anos depois, creio que teria matéria e conteúdo para escrever um livro sobre ele e sobre o que veio a ser o nosso relacionamento, nos planos institucional e pessoal... Porém, nesta circunstância, devo-me limitar a apenas algumas linhas...

Naquele tempo, por motivos socioeconómicos e políticos que não compete aqui descrever, as clivagens existentes no seio da população de Montemor eram muito rígidas e evidentes. Traduziam-se em todas as vivências do dia-a-dia, desde o café que cada pessoa frequentava, ou não, aos estabelecimentos comerciais em que fazia, ou não..., as suas compras, às "Sociedades" recreativas em que entrava, ou não..., até aos relacionamentos com o "Poder" --- o Local e o Central.

O relacionamento institucional entre as diversas entidades e organizações existentes em Montemor estava, em boa parte, dependente das "cores" dos seus dirigentes, levando a que, nuns casos fosse "normal" e, noutros casos, fosse escasso, ou mesmo inexistente.

Naquele contexto, o normal relacionamento entre o Comandante dos Bombeiros Voluntários e o Presidente da Câmara Municipal era frequentemente avaliado com "estranheza", e mesmo "criticado", por muita gente, independentemente das "tais cores" a que atrás me referia.

Esta introdução parecia-me necessária para contextualizar o nosso relacionamento.

Desde a nossa primeira reunião, algures em Janeiro de 1980, que as balizas do nosso relacionamento - Câmara e Bombeiros, Fernando Cruz e José Reis, ficaram bem marcadas no sentido da colaboração franca, leal e empenhada entre as duas instituições.

Essa colaboração viria a desenvolver-se em múltiplas e frequentes ações concretas, ao longo dos dias e dos anos, ações essas cuja descrição se torna aqui impossível fazer, por serem tantas e tão variadas... Ainda assim, "atrevo-me" a relembrar algumas, porventura por mais emotivas, que a memória agora me traz...

Uma foi a espetacular e eficaz colaboração entre Câmara e Bombeiros, envolvendo a atuação exemplar do Zé Reis (que incluiu a sua exemplar coordenação de numerosas corporações de Bombeiros doutros concelhos, que nos vieram ajudar na distribuição em autotanques), nas situações dramáticas de seca e consequentes cortes de água, e, particularmente, quando dos graves problemas registados na captação dos Cavaleiros, a qual originou a suspensão do fornecimento de água por vários dias e a lavagem interior dos reservatórios de água da então vila...

Hoje em Sofia

Outra foi a memorável, disciplinada e eficiente participação dos Bombeiros de Montemor no Concurso Mundial de Manobras, após terem sido seleccionados em provas nacionais, em Varsóvia (Polónia), marcando um prestígio indeclinável para os nossos Bombeiros e para Montemor...

Recordo bem, num aniversário dos Bombeiros, ter estado ao lado do Comandante, na missa que então foi celebrada, ouvindo uma verdadeiramente notável homilia do Padre Vítor Milícias (então Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses) sobre a então, e ainda atual, questão da Paz mundial e da destruição de armas nucleares. E recordo as posteriores conversas sobre o tema...

Também recordo um inesquecível jantar de homenagem ao Zé Reis, com centenas de participantes, entre os quais recordo o então Governador Civil de Évora, Eng^o Mira Branquinho, no qual os discursos dos oradores se tornaram marcantes em relação ao Comandante e não só...

E ainda, perdoado eu seja por esta referência..., o caso de um dos apoios concedidos pela Câmara para aquisição de viaturas de socorro, uma fantástica e moderna viatura de combate a incêndios, que o Comandante fez questão que fosse eu... (imagine-se.) a entrar em Montemor ao volante (!!!) e à qual propôs que fosse atribuído o meu nome !!!...

Estes episódios, retirados de dezenas, ou centenas, ao longo dos anos, foram construindo a fortaleza de uma Amizade que transbordou do plano institucional para o pessoal.

Sou Amigo do Zé Reis e sei que tenho a Honra de ele me considerar seu Amigo.

Tenho a pretensão de considerar (perdoem-me este vaidoso abuso...) que a nossa pública Amizade contribuiu para ajudar a resolver diversos problemas em Montemor, e que simultaneamente, serviu de exemplo para a forma de desbloquear relacionamentos sociais, institucionais, pessoais, e até por vezes políticos, que estavam inquinados pela Vida e pela História do século XX.

A postura do Homem que é o meu Amigo e sempre Comandante foi sempre de colaboração, de resolução de problemas, de desbloquear impasses. Tive o privilégio de ter sido testemunha da sua lealdade à Palavra dada, da sua capacidade de Dar, tantas vezes em seu próprio prejuízo e da sua família e até de conhecer os problemas, pessoais e familiares, que isso lhe provocou.

Tenho dele sempre a imagem de garbo e de orgulho, com a sua farda impecável de Comandante para Sempre!

Palavras como as que escrevi costumam, infelizmente, ser ditas recordando alguém que faleceu... Eu tenho a felicidade de dizê-las de Alguém Vivo, que ainda tem muito a dar a todos nós por muitos e melhores anos!

Permito-me a mim mesmo, dizer, sem ninguém magoar... "Hasta siempre, COMANDANTE!"

Coimbra, 24 de Fevereiro de 2016

Fernando Cruz

Secretário-Geral Adjunto ANMP

(Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, entre 1980-1991) "

Assim, e considerando que o trabalho, relevante carreira e reconhecida entrega do Comandante José Reis é diferenciada, não só a nível local como também nacional e porque, mais que nunca, os valores do voluntariado e da solidariedade devem ser estimulados e preservados, deve figurar o exemplo deste montemorense enquanto estímulo para os mais novos, perpetuando-o no tempo.

Recorde-se aqui a entrevista dada pelo Comandante José Reis ao Jornal Montemorense em Fevereiro de 1982: - "O que o apaixonava mais enquanto bombeiro?"; "Tudo! Esqueço tudo e resta-me apenas o prazer de ser útil ao próximo".

Para que a nossa Terra não esqueça, porque a solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana, e porque o Comandante José Reis é disso indiscutível exemplo vivo, tenho a honra de propor que esta Assembleia Municipal delibere:

Atribuir à Avenida/Rua/Praça/Largo, de acordo com o disposto na alínea v) do n.º 1 do art.º 64 do Decreto-Lei 75/2013, de 12 de Setembro, o seguinte topónimo:

Avenida/Rua/Praça/Largo Comandante José Reis.

Sobre o documento o eleito Sr. Carlos Zorrinho afirmou pretender associar-se à homenagem ao Comandante José Feliciano Reis, assim como os mais de quarenta mil bombeiros voluntários do nosso país. Quando desempenhou o cargo de Secretário de Estado da Administração Interna teve a tutela dos Bombeiros, sendo iniciado nessa altura o registo informático dos Bombeiros. Apresentou a proposta alternativa para que a Assembleia Municipal remeta à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo e à Liga Portuguesa de Bombeiros, sendo posteriormente enviada à Câmara Municipal e à Comissão de Toponímia, juntamente com os pareceres das duas entidades.

Também a eleita pelo PSD, Sra. Sónia Ramos considera justa a homenagem ao Comandante José Reis pelo que votará favoravelmente a recomendação apresentada pelo eleito do CDS/PP. De seguida, pediu a palavra o eleito Sr. António Danado dizendo que custa-lhe aceitar a atribuição de um nome de rua, a uma pessoa ainda viva. Na sua opinião existem outras pessoas relevantes da sociedade em Montemor, que já faleceram e às quais ainda não foi atribuída qualquer toponímia. Acrescentou que deverá ser remetido o documento à Comissão de Toponímia, mas considerando prematuro a atribuição de nome de rua.

Pediu de novo a palavra o eleito Sr. António Xavier dizendo que na sua opinião é em vida que se deve reconhecer o mérito pelas pessoas.

Interveio seguidamente a eleita Sra. Sónia Ramos questionando se o Regulamento da Comissão de Toponímia faz referência a que só possa ser atribuída toponímia a pessoas após o seu falecimento. Reconheceu ainda que os argumentos apresentados são insólitos.

Foi o eleito Sr. António Danado que pediu a palavra seguidamente para referir que tem liberdade para expressar a sua opinião, assumindo as suas afirmações.

De novo no uso da palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho apresentou uma nova proposta de envio do documento, por parte da Assembleia, diretamente à Comissão de Toponímia.

De seguida interveio a Sra. Presidente da Assembleia Municipal afirmando concordar com a proposta apresentada pelo eleito Sr. Carlos Zorrinho. Colocou então à votação a proposta de documento apresentada pelo eleito Sr. António Xavier, sendo a mesma recusada com dois votos a favor dos eleitos do PSD e CDS/PP e vinte e dois votos contra dos eleitos da CDU e PS.

De seguida foi colocada à votação a proposta enunciada pelo eleito Sr. Carlos Zorrinho, sendo aprovada por unanimidade.

Como ainda existiam pedidos de uso da palavra para o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente colocou à consideração dos eleitos o prolongamento em cerca de trinta minutos do referido período.

Sendo este pedido aprovado, a Sra. Presidente deu de imediato a palavra ao eleito Sr. Joaquim Bastos, que apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Almeida Santos, o qual se transcreve de seguida:

A notícia da morte de Almeida Santos quando se aproximava a data de completar noventa anos foi recebida por uma grande parte da população portuguesa com profunda consternação. Para os amantes da Liberdade e da Democracia, Almeida Santos era um símbolo vivo da resistência ao anterior regime e um dos exemplos mais representativos dos valores da democracia portuguesa no pós 25 de Abril. O seu contributo para a construção do Estado de Direito Democrático em Portugal, fizeram dele uma figura de referência inesquecível para todos os socialistas, em particular, e para os democratas em geral.

O seu percurso político ao longo destes quarenta e um anos de Democracia foi brilhante, tendo ocupado vários cargos de relevo na política nacional. Depois do 25 de Abril foi Deputado, Ministro dos quatro primeiros governos provisórios, Ministro da Justiça, Ministro-adjunto do Primeiro-ministro, Ministro de estado e dos Assuntos Parlamentares e, mais tarde, um dos mais

notáveis Presidentes da Assembleia da república, cargo que moldou como ninguém e que lhe grangeou a admiração e o respeito, não apenas de amigos, mas também de adversários políticos, devido à enorme elevação e humanismo sempre demonstrados.

Apesar da sua idade, Almeida Santos foi sempre um lutador e defensor da democracia e a quem o título do livro do dramaturgo espanhol Alejandro Casena, "As Árvores Morrem de Pé", se ajusta perfeitamente.

Deixou-nos bruscamente, mas de Pé.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida deu a palavra ao eleito Sr. José Grulha, o qual iniciou a sua intervenção referindo que há quarenta e dois anos muitos dos jovens estavam na guerra colonial, depois aconteceu o vinte e cinco de abril e para além da liberdade de expressão, da reforma agrária, também o fim da guerra colonial foi uma das grandes conquistas. Dois anos depois, em dezembro, tiveram lugar as primeiras eleições para o Poder Local Democrático, o qual tem uma obra notável realizada em prol das suas populações, em todas as vertentes e de norte a sul do país. Perante tudo isto, deixou uma recomendação à Câmara Municipal para que seja realizada uma iniciativa digna de todo o empenho dos autarcas de Câmara, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia, dedicaram ao longo destes quarenta anos. Ninguém se opôs a esta sugestão.

A Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:

1º. Ponto - Conselho Municipal de Segurança

a) Aprovação da constituição do Conselho Municipal de Segurança;

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal referiu que a alteração à Lei 115/2015 de 5 de agosto prevê que seja a Assembleia Municipal a desenvolver o procedimento de alterações ao Conselho Municipal de Segurança.

Assim colocou à votação a proposta de composição, para o Conselho Municipal de Segurança, conforme documentação remetida aos eleitos.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

b) Deliberação do início do procedimento de revisão/alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o preceituado no n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 33/98, de 25 de Agosto, na sua atual redação e no art.º 53º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e n.º 1 do art.º 98º do CPA;

Deliberação: Aprovado por unanimidade

c) Deliberação da publicitação do início do procedimento no sítio institucional do Município na internet, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto, e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, nos termos do preceituado no n.º 1 do art.º 98º do CPA;

Deliberação: Aprovado por unanimidade

d) Deliberação da delegação da direção do procedimento na Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, nos termos conjugados do preceituado nos n.ºs 2 e 4 do art.º 55º do CPA e alínea j) do n.º 1 do art.º 30º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

2º. Ponto - Declaração de recebimentos em atraso com referência a 31 de Dezembro de 2015

A Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que as declarações apresentadas no segundo, terceiro e quarto pontos da ordem de trabalhos, fazem parte do cumprimento formal da Lei

dos Compromissos e Pagamentos em atraso, que prevê o seu envio à Assembleia Municipal para conhecimento. Quanto ao documento apresentado neste ponto, salientou que tem a ver com os recebimentos de terceiros em atraso, em trinta e um de dezembro.

Pedi a palavra, o eleito Sr. António Coelho, afirmando que considera alarmantes os valores em dívida por parte dos consumidores de água, domésticos ou não. Questionou de seguida a Sra. Presidente da Câmara quais os procedimentos adotados para tentar receber estas dívidas. Ao que a Sra. Presidente respondeu que todos os valores em dívida estão devidamente registados e que, em grande parte, são consumidores abrangidos por planos de pagamentos em prestações. Informou ainda que tem aumentado o número de pedidos para efetuar o pagamento em prestações. Quanto aos restantes valores em dívida, serão alvo das medidas adequadas para que a Câmara possa ser ressarcida destes valores.

3º. Ponto - Declaração de pagamentos em atraso com referência a 31 de Dezembro de 2015
Quanto a este ponto a Sra. Presidente da Câmara afirmou que o documento refere-se aos pagamentos em atraso por parte da Câmara, conforme mapa em anexo.

4º. Ponto – Declaração – Compromissos Plurianuais – 31 de dezembro de 2015
O documento apresentado neste ponto declara que se encontram registados todos os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara, afirmou a Sra. Presidente da Câmara.

5º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal a termo certo – 18 Assistentes Operacionais – Piscina Recreativa Municipal – Auxiliar
A Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que esta contratação é imprescindível para o funcionamento da Piscina Recreativa Municipal, pelo que os assistentes operacionais serão contratados apenas durante o período de funcionamento da mesma.
Dado não haver pedidos de intervenção, foi o documento colocado à votação.
Deliberação: Aprovado por unanimidade

6º. Ponto - Proposta de abertura de Procedimento Concursal a termo certo – 7 Assistentes Operacionais – Piscina Recreativa Municipal – Nadador Salvador
A Sra. Presidente afirmou que também a contratação dos sete Nadadores Salvadores será apenas durante o período de funcionamento do referido equipamento.
Não havendo qualquer pedido de uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocou o documento à votação.
Deliberação: Aprovado por unanimidade

7º. Ponto - Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago de Escoural – Pintura no edifício do Jardim de Infância
Pedi para usar da palavra a Sra. Presidente da Câmara salientando que se trata de um Protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural no âmbito da pintura do edifício do Jardim de Infância, propondo-se a aprovação da comparticipação desse valor à referida Junta de Freguesia.
Não havendo pedidos de intervenção, foi colocado o documento à votação.
Deliberação: Aprovado por unanimidade

8º. Ponto - Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Construção de muro e vedação no Centro Escolar de S. Mateus
Neste caso, trata-se de um apoio a conceder à referida União de Freguesias para uma intervenção no muro do Centro Escolar de S. Mateus, disse a Sra. Presidente da Câmara.

Dado não existir nenhum pedido para uso da palavra, sobre a Proposta apresentada, foi a mesma colocada à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

9º. Ponto - Proposta de Protocolo – Fornecimento de refeições escolares com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Ano letivo de 2015/2016

A Presidente da Câmara usou da palavra para informar que esta proposta visa dar cumprimento ao acordo estabelecido com as Juntas de Freguesia no que respeita ao fornecimento de refeições escolares.

Não havendo, qualquer pedido de intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

10º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Para além de toda a informação já distribuída, a Sra. Presidente da Câmara Municipal acrescentou a informação de que foi extinta a AMAMB, no passado dia 29 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral, por ter sido esgotado o âmbito de ação da mesma. Ainda no uso .Ocomemorações do dia do Município.

Pedi a palavra o Sr. Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras referindo-se à nova apresentação do documento remetido, considerando-o mais legível e de fácil análise.

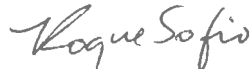
De seguida, foi dada a palavra ao público tendo usado da palavra a Sra. Maria do Céu Farinha, enfermeira no Centro de Saúde de Montemor-o-Novo questionando a Sra. Presidente da Câmara sobre o que foi feito por parte da Câmara para resolver o problema da deslocação dos idosos ao Centro de Saúde. Perguntou também para que serve o cartão Morsolidário e como se pode recorrer ao mesmo.

Em resposta à primeira questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara informou que a questão está ser analisada com a rede social, de modo a encontrar-se uma solução. Relativamente ao cartão Morsolidário referiu que existe desde 2009, oferece um conjunto de benefícios nos serviços prestados pela Câmara Municipal de acordo com os rendimentos do agregado familiar, sendo que todas as informações podem ser solicitadas no serviço de ação social. Mais informou que o regulamento e todo o Programa se encontra disponível na página da internet da Câmara Municipal.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade esta ata, em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues